



Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Ciências da Educação  
Núcleo de Desenvolvimento Infantil  
Curso de Especialização em Educação Infantil  
Campus Universitário – Trindade – Caixa Postal 476  
e-mail : [especializacao.ufsc.ndi@gmail.com](mailto:especializacao.ufsc.ndi@gmail.com) - Fone 3721-8921

Luzimar Aldina Sagas Beling

**CONSOLIDAR OS DIREITOS DAS CRIANÇAS NO COTIDIANO DA  
INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL REQUER QUALIDADE**

Florianópolis  
2012

Luzimar Aldina Sagas Beling

**CONSOLIDAR OS DIREITOS DAS CRIANÇAS NO COTIDIANO DA  
INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL REQUER QUALIDADE**

Artigo submetido ao Curso de Especialização em  
Educação Infantil para a obtenção do Grau de  
Especialista em Educação Infantil  
Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Rute da Silva.

Florianópolis  
2012

Luzimar Aldina Sagas Beling

**CONSOLIDAR OS DIREITOS DAS CRIANÇAS NO COTIDIANO DA  
INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL REQUER QUALIDADE.**

Este artigo foi julgado aprovado para a obtenção do Título de “Especialista em Educação Infantil” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Especialização em Educação Infantil.

Florianópolis, 15 de Março de 2012.

---

Prof. Dra. Marilene Dandolini Raupp  
Coordenadora Geral do CEEI

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Rute da Silva  
Orientadora

---

Prof. Marlise Oestreich  
Primeiro membro

---

Prof. Caroline Machado Momm  
Segundo membro

# CONSOLIDAR OS DIREITOS DAS CRIANÇAS NO COTIDIANO DA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL REQUER QUALIDADE.

LUZIMAR ALDINA SAGAS BELING<sup>1</sup>

RUTE DA SILVA<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente artigo é resultado dos estudos no Curso de Especialização em Educação Infantil oferecido pelo NDI/UFSC/MEC, que por meio do Projeto de Intervenção Pedagógica (PIP), trouxe considerações e reflexões sobre a Qualidade no espaço da Educação Infantil. O projeto desenvolvido junto às crianças, bem como, o artigo tem como foco os profissionais que com elas atuam e as crianças, sujeitos de direitos a uma educação de qualidade. O artigo analisa a trajetória da Educação Infantil (EI) e a busca por um atendimento de qualidade ao longo dos anos, no que se refere aos aspectos teóricos e práticos através do PIP. Apontamos que, para consolidar os direitos das crianças no cotidiano das instituições de educação infantil é fundamental considerar a qualidade dos espaços, a qualificação formação dos professores e demais profissionais, o papel do coordenador pedagógico e a participação das famílias.

Palavras Chave: Qualidade na Educação Infantil. Formação de Professores. Coordenação Pedagógica. Relação Creche Família.

---

<sup>1</sup>Acadêmica do Curso de Especialização em educação Infantil, Ministério da Educação Secretaria da Educação Básica, Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação Núcleo de Desenvolvimento Infantil. Professora da Rede Municipal de Biguaçu. email: luzimarbeling@hotmail.com

<sup>2</sup> Orientadora do artigo Rute da Silva Pedagoga da Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação - Núcleo de Desenvolvimento Infantil, Mestre em educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC, Professora do Curso de Especialização em Educação Infantil/MEC/SEB/UFSC/NDI, disciplina: Estratégias metodológicas na Educação Infantil.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda o tema da Qualidade na Educação Infantil (EI), por meio do projeto de intervenção (PIP) desenvolvido na disciplina de metodologia da elaboração do trabalho de conclusão de curso, podemos observar como este conceito vem, pode ou deve ser implementado na prática, com políticas e ações cotidianas no espaço educativo considerando a criança como sujeito de direitos na busca por um atendimento com qualidade.

O projeto foi desenvolvido no Centro de Educação Infantil Municipal (CEIM) vinculada a Rede Municipal de Educação do município de Biguaçu (RMEB), Santa Catarina. Atualmente atende aproximadamente 250 crianças da faixa etária de 1 ano e 6 meses à 6 anos. O grupo de crianças onde foi desenvolvido o PIP ocorreu no Pré I B com 23 crianças, dentre estes 9 meninas e 14 meninos, no ano de 2011. O projeto desenvolvido com o grupo teve como tema “Mentes Criativas”, tendo como objetivo principal possibilitar ao grupo compreender que todos somos capazes de utilizar nossa mente criativa para aprender e ensinar, instigando a curiosidade, a criatividade e o senso crítico, bem como o acesso às diferentes linguagens, instigando o respeito mútuo nas máximas qualidade humana, visando o desenvolvimento integral das crianças.

As ações no PIP nos permitiram refletir como a qualidade do espaço no cotidiano da EI, pode e interfere no desenvolvimento da criança, compreendendo que nas ações que permeiam esse espaço necessitam elementos culturais diversificados, intencionalidade e reflexões sobre o cotidiano com ações compartilhadas, viabilizando possibilidades de formação continuada ao professor(a).

Tais reflexões, pesquisas e buscas por mais conhecimentos nas diferentes áreas dos conhecimentos no curso de Especialização em Educação Infantil, oferecido pelo MEC/UFSC/NDI, nos permitiram reavaliar as ações do cotidiano, buscando qualificar nosso trabalho enquanto professores e cidadãos, impulsionando a pesquisar este espaço, buscando a todo o momento qualificá-lo, avaliando e reavaliando os objetivos a serem alcançados com o projeto desenvolvido com as crianças.

O projeto e as pesquisas atrelados ao artigo possibilitaram ter mais lucidez sobre todas as ações percorridas, considerando que para consolidar uma pedagogia da infância com qualidade, há a necessidade de destacar a importância de um espaço que respeite a infância, o direitos das crianças, as especificidades infantis, considerando a potencialidade para aprender, ensinar e se desenvolver, num ambiente cooperativo onde existam ações co-participativas em que a família e toda comunidade escolar façam parte deste processo, assim como um coordenador pedagógico cooperador nestas ações e obviamente um professor com no mínimo formação inicial com possibilidades de formação continuada, a um trabalho com intencionalidade que leve estes sujeitos ao desenvolvimento integral das crianças.

A práxis desencadeada no PIP, possibilitada neste curso de Especialização em Educação Infantil, buscou através do projeto Mentes criativas ações que levassem os sujeitos envolvidos ao desenvolvimento integral com elementos culturais que instigasse a curiosidade, o senso crítico, a reflexões sobre as diferentes culturas, a imaginação e a criatividade considerando que a EI é um espaço para potencializar as crianças.

## **1 ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

A EI brasileira é marcada pelas conquistas e pautada nas grandes transformações que a sociedade foi vivendo. Com a revolução industrial as mulheres passaram a entrar com maior intensidade no mercado de trabalho. Vários são os movimentos sociais com um olhar atrelado aos cuidados das crianças das mulheres trabalhadoras. Esses movimentos feministas e pressão das sociedades, no Brasil, vêm delineando nas políticas públicas em suas conquistas, de diferentes formas, em diferentes contextos histórico, culturais, sociais, econômicos e políticos.

Conforme Farias (2005, p.1021):

As instituições de educação infantil têm origens totalmente distintas da escola obrigatória, pública, laica e gratuita para todas as crianças de 7 anos. Como se sabe, as primeiras creches nasceram para atender aos interesses da elite que pretendeu educar as crianças das camadas populares, já que suas mães trabalhavam e não eram suas educadoras. Essas instituições surgem como substitutas das relações domésticas maternas: são religiosas, filantrópicas, em tempos de predominância higienista, surgem patologizando a pobreza e criando o cidadão de segunda classe, inserida no sistema.

Essa história é marcada por diferentes correntes, metodologias, concepções de crianças, aprendizagem, infância na EI, oscilando entre a assistência e a escolarização. Acompanhamos ao logo desta trajetória como inúmeros obstáculos precisaram e ou ainda necessitam ser superados para a vivência plena da infância com qualidade em espaços de educação.

Tais conquistas e lutas sociais transcrevem as políticas públicas brasileiras que consideram a criança como sujeito público de direitos. A promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996), das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI/2009), dentre outros, bem como as pesquisas teóricas que contribuem para consolidar tais direitos. Todas essas conquistas apontam para os aspectos do atendimento com qualidade como ponto fundamental.

Todavia, ainda é preciso ir adiante nestes diferentes aspectos. As pesquisas realizadas por Campos; Fullgraf e Wiggers, (2006) apontam o quanto é necessário avançar rumo à consolidação das políticas públicas conquistadas, nas quais ainda indica persistir uma política educacional muito excludente.

Todos esses documentos estão ressaltando um padrão de qualidade, o que nos permite refletir: Que conceito é esse? Para apontar caminhos nesta direção, recorreremos às pesquisas e pesquisadores da área da EI, os quais indicam que os aspectos fundamentais vinculados à qualidade, seguem muito além da ampliação do atendimento. Diante da preocupação com a baixa qualidade que muitas instituições de EI apresentam, buscamos trazer algumas considerações que pudessem mudar esse quadro e assim qualificar o cotidiano desse espaço de cuidado e educação. Portanto, destacamos a formação e valorização dos(as) professores(as), a importância do(a) coordenador(a), de um espaço de qualidade e as relações creches - famílias.

Conhecer esse contexto levando em consideração esses aspectos é de fundamental importância para pensarmos na criança como sujeito social de direitos visando qualidade na EI.

## **2 QUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL QUE CONCEITO É ESSE? UMA TRAJETÓRIA PERCORRIDA**

Os ordenamentos legais, no Brasil vêm nestas últimas décadas na área da EI, consolidando os direitos da criança. A partir da Constituição Federal do Brasil de 1988, a educação passou a ser legitimada como direito de todos, constituindo a criança de 0 à 6 anos como sujeito de direitos, reconhecendo a EI como espaço de cuidado e educação. Já com a promulgação da LDB/96, a EI passa ser legitimada como primeira etapa da Educação Básica. Tais documentos enunciam em diversos artigos a busca pela qualidade nos diferentes níveis, etapas e modalidades da Educação, atribuindo ainda o padrão mínimo de qualidade. Mas que qualidade é essa traçada e almejada nestes diferentes documentos? Podemos nos reportar ao dicionário Aurélio para apresentar um significado de Qualidade: “s.f. Maneira de ser, boa ou má, de uma coisa: a qualidade de um tecido, de um solo. Superioridade, excelência em qualquer coisa: preferir a qualidade à quantidade.”

Nestas últimas décadas a palavra qualidade vem sendo buscada, refletida em pesquisa ligada a infância e utilizada por diferentes modalidades de cunho empresarial, oferecendo a oferta de qualidade total seja nas mercadorias ou no atendimento ao público alvo, constituindo sinônimo de excelência.

Na Educação, essa qualidade se dá de forma mais ampla, pois se trata de forma compartilhada, refletida em conjunto e não é estática, tem diferentes conotações. É relevante ainda considerar que, a qualidade está vinculada à cultura, àquilo que se procura alcançar, metas, valores, norteadas de diferentes significados, com atributos relevantes para diferentes épocas.

Campos; Füllgraf; Wiggers, (2006), afirmam que acontece um maior destaque com a qualidade a partir da década de 90, quando há uma mudança nas próprias políticas legais por meio de muitas lutas nas diferentes esferas sociais, políticas e de profissionais da educação. Estudos revelam a precariedade nos atendimentos das crianças na EI, nas décadas de 70 e 80.

A preocupação com a baixa qualidade do atendimento foi crescendo à medida que surgiram os primeiros estudos sobre as condições de funcionamento dessas instituições, principalmente creches vinculadas aos órgãos de bem-estar social. Eles revelam as precárias condições dos prédios e equipamentos, a falta de materiais pedagógicos e as dificuldades de comunicação com as famílias. (CAMPOS; FULLGRAF; WIGGERS, p. 89, 2006).

Essas pesquisas trouxeram reflexões sobre a baixa qualidade na EI que permeiam nas diferentes regiões do Brasil. Refletindo, todavia, que apesar da Região Sul se destacar no índice de qualidade, muitas instituições ainda não apresenta a qualidade desejável. O PIP pode por meio desta pesquisa, refletir e apontar algumas considerações, pois, apesar desta instituição ter passado por uma reforma recente pela SMEB, existe falta de material didático, janelas acima da altura que permitam as crianças visualizar o lado de fora da sala, falta de brinquedos no parque e dentro das salas, falta de banheiros dentro ou próximo das salas, dentre tantos outros fatores fundamentais para qualificar o espaço que consolide os direitos das crianças.

Consideramos que para qualificar o espaço de EI, é necessário política públicas, financiamento e co-participação de diálogos horizontal nas diferentes esfera, Governo, famílias, crianças e profissionais que ali atuam, pois dialogando com Moss (2002) podemos considerar que a qualidade pode ter diferente modos de compreender e ver o mundo.

Todo dinheiro público gasto nesta reforma poderia ter outro resultado se houvesse uma relação aberta às escutas das possibilidades a serem concretizadas.

Alguns autores das diferentes áreas, dos quais estudam sobre infâncias, trazem algumas considerações relevantes sobre a qualidade.

Conforme Moss (2002, pp. 17 e 22):

[...] qualidade não é neutro nem isento de valores. É resultado de um modo específico de ver o mundo e está permeado de valores e pressupostos. [...]. Qualidade não é uma questão essencialmente técnica de medir e conhecimento objetivo e especializado, mas uma questão subjetiva e filosófica de valor.

Nestas instâncias, podemos nos remeter às leis deferidas às crianças e as infâncias como pressupostas baseados e fundamentados na busca efetiva dessa qualidade.

Prerrogativas constitucionais estão deferidas a todas as crianças, mas o que se tem vivenciado nos espaços de EI, é a constatação de um distanciamento entre as leis e as possíveis consolidações. Contudo, o Estado vem delineando metas de qualidades em diferentes documentos, podemos citar ainda os *Crítérios para um atendimento em Creches que respeitem os direitos fundamentais das crianças/1997*, *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil/1999 e 2009 (DCNEI)*, Lei 10.172/2001- *Plano Nacional de Educação e rediscutido na Conferência Nacional da Educação (CONAE)* em 2010 pela busca da Qualidade da Educação, bem como os *Indicadores da Qualidade na Educação Infantil* (2009) dentre tantos outros que complementam os direitos das mesmas.

Conforme pesquisas apontadas por Campos, Füllgraf e Wiggers, (2006), no cenário da EI no Brasil, por sua vez, as políticas nas diferentes esferas, nem sempre, respeitam as diretrizes legais ou são coerentes com elas, sendo desiguais nos diferentes contextos do país.

Percebemos que o Brasil tem avançado muito nos documentos legais, porém apenas no papel, deixando a desejar quanto à efetivação destes documentos, constatando-as como leis mortas, pois nelas permeiam certa fragilidade quanto às devidas responsabilidades e penalidades para o cumprimento destas Leis. Bondioli (2004), ainda afirma que tais cumprimentos, devem ter “responsabilidades participativas”: todos envolvidos neste processo são responsáveis intensificando nessas relações integradas os objetivos a serem atingidos.

Podemos considerar que para qualificar o trabalho no espaço de EI é necessário co-participações, aberta a discussões cooperativas sendo necessário materializarmos o que as leis garantem, propõem, numa rede de relações conscientes sobre as ações.

Nesses processos de discussões é importante ouvir o que as crianças necessitam, o que elas querem, sonham, pois esses sujeitos de pouca idade nos darão indicativos do que é importante no espaço onde a maioria perpassa doze horas, bem como comprometimento dos professores, familiares, enfim todos os envolvidos com o cuidado e educação das crianças.

Conforme Bondioli, (2004, p. 14):

A qualidade não é um dado de fato, não é um valor absoluto, não é adequação a um padrão ou a norma estabelecida a priori e do alto. Qualidade é transação, isto é, debate entre indivíduos e grupos que têm um interesse em relação à rede educativa, que têm responsabilidade para com ela, com a qual estão envolvidos de algum modo e que trabalham para explicitar e definir, de modo consensual, valores, objetivos, prioridades, idéias sobre como é a rede para a infância e sobre como deveria ou poderia ser.

Nas diferentes etapas da educação, há a necessidade de debates sobre os objetivos a serem alcançados, sobre que qualidade almejam-se, das possibilidades compartilhadas, numa ação conjunta. A EI perpassa por avanços e retrocessos, pois dependendo do financiamento e do comprometimento dos gestores do poder público avança-se ou retrocedo, pois as leis neste país ainda são frágeis.

Materializar todas essas ações requer também um professor(a) qualificado(a), comprometido(a) com todas essas ações. Consideramos assim, que para este atendimento é de suma importância um professor(a) com no mínimo formação inicial com possibilidade consistente de formação continuada, materializando o cuidado e educação de qualidade, oferecida as crianças de 0 a 6 anos em ações planejadas, registrada e reavaliadas no compromisso de potencializar as crianças.

### **3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS) E A QUESTÃO DA QUALIDADE**

Ser professor(a) escolhemos pelas relações com o outro, assim nos tornamos professores. Mas quem é esse professor(a) de EI das últimas décadas?

Assim como todo o processo educativo foi tomando nova forma e significados, o profissional que atua na EI foi também tomando novas conjunturas profissionais.

Com a LDB/96 a EI passa a ser regulamentada como primeira etapa da educação básica, considerando novas exigências nas diferentes esferas, como para o profissional que atuará nesta área é exigido:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidade e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.(1996, p23).

A lei determina a necessidade de um profissional para o atendimento das da EI com qualificação, ou seja, o(a) professor(a), aquele que com, no mínimo, formação em nível médio, obtendo conhecimentos sobre o desenvolvimento infantil e diferentes conhecimentos necessários, para atuar com cuidado e educação das crianças de 0 a 6 anos. Constitui também

um prazo para o encaminhamento do Plano Nacional de Educação, no qual serão admitidos professores habilitados em nível superior, até o fim da década da Educação.

No cerne dos diferentes ordenamentos legais, prevê a qualificação dos(as) professores(as), da natureza pedagógica, planos de cargos e salários, bem como um macro de responsabilidades nas quais se espera deste(a) profissional. Consideramos, todavia, que o professor para atuar com crianças de 0 à 6 anos, dentre outros níveis da educação, é necessário nível superior, que alcance um nível de conhecimento sobre o desenvolvimento da criança, para um trabalho consciente pois um espaço de cuidado e educação exige reflexões, trocas de experiências aprofundamentos teóricos, comprometimento e estudo constante.

Zabalza, (1998), destaca que o sentido profissional do trabalho do professor é potencializar, reforçar e multiplicar o desenvolvimento equilibrado de cada criança.

Podemos considerar que essas ações e compromissos qualificam o atendimento na EI, porém, podemos considerar que essa profissão exige muito mais que habilitação, exige comprometimento e formação continuada constantemente, para que possamos nos aprofundar sobre o cotidiano, o desenvolvimento da criança, todo o contexto e dificuldades que percorrem o espaço e ações no cotidiano da EI.

Conforme Bondioli (2004, p. 20):

Além da elaboração do projeto pedagógico e dos critérios de avaliação, outros elementos essenciais para se garantir a qualidade da creche são: a atuação do coordenador pedagógico e a formação em serviço pessoal. Esses são os padrões de referência apontados para a rede educativa da primeira infância.

Essas formações dos (as) professores(as) e trocas contínuas, partilhando saberes, permitem a uma tomada de consciência crítica buscando ações junto à comunidade escolar e nos referenciais teóricos a qualificação de todo o trabalho a ser desenvolvido junto à criança, resultando assim uma maior qualificação no trabalho nessa esfera educativa, pois compreendemos que a criança é um sujeito singular, social e histórico. Nasce cidadã, com condições físicas para se humanizar, desde que inserida numa cultura com cuidados humanos, é pertencente a uma classe social, com condições para desenvolver suas capacidades físicas, psicológicas, intelectuais, sociais...Dependendo das condições que se apresentam esse mundo à ela, poderá ou não se desenvolver.

Compreendemos a importância das ações planejadas, onde haja a participação das crianças, partilhas dos saberes, que possibilite o senso crítico, a solidariedade, a amizade, considerando que todos somos criativos e capazes de criar.

O projeto Mentis Criativas foi planejado e refletido com o objetivo de potencializar e instigar nas crianças à curiosidade, a autonomia, a criatividade e o acesso aos conhecimentos acumulados pela humanidade, visando o desenvolvimento integral das crianças, por ações que tiveram como mola propulsora a brincadeira, com ações intencionais.

O projeto foi pensado e partilhado com o grupo Pré I C, num trabalho coletivo, pois os grupos eram próximos e as rotinas e dificuldades os aproximaram criando laços fortes aos dois grupos, que em muitos momentos vivenciavam ações compartilhadas e trocas das experiências dos grupos.

Buscamos assim ampliar os conhecimentos dos sujeitos de direitos envolvidos, podemos dar ênfase aos livros co-participantes desse processo que possibilitou ao grupo se perceber enquanto criadores, e inventores com o livro “inventa-desventa” da editora FTD, que instigou muita curiosidade e impulsionou o grupo a questionar a possibilidade de sermos inventores, com que e como criar?

A coleção “minha primeira enciclopédia da editora FTD com o livro “Como tudo Funciona”, propiciou os sujeitos envolvidos a mergulharem no mundo das descobertas, dos bens culturais, nos diferentes conhecimentos. Assim como o calendário do ano 2011 ofertado pela FTD, trazendo algumas grandes invenções com grandes nomes que trouxeram mais compreensão de como é possível ser inventor e que todos somos capazes, impulsionando as crianças a imaginar e criar suas obras de arte, o robô. Todas essas ações planejadas, foi possível refletir nos registros o quanto provocou nas crianças a curiosidade sobre alguns objetos e comparações com o que as crianças conheciam.

“O Corpo Humano” da editora Salvat, volume 2, traz o crânio como fonte de pesquisa e curiosidade, nos permitiu pesquisar e conhecer sobre o corpo humano. As crianças refletiram que elas são diferentes, agregando valor e conhecimentos sobre as diferentes raças.

Nas trocas compartilhadas, onde refletimos sobre as possibilidades de melhorar ainda mais as ações intencionais, tivemos a contribuição da revista Super Interessante, edição especial “Mistérios da Mente: por dentro dos labirintos do cérebro humano”, edição 11ª sugerido pela professora do pré I C.

Outro ponto importante a ressaltar no PIP, foi o reconhecimento das famílias como pertencentes desse processo, tecendo uma relação horizontal de respeito, conhecendo suas

culturas, propiciando-as a conhecerem o projeto desenvolvido com o grupo, os objetivos traçados de forma que compreendessem a importância de suas participações.

Houve diferentes retornos muito significativos, sejam nas suas falas, dando indicativo de que os filhos apreciaram, aprenderam e desejavam bem como alguns materiais como a doação de um livro sobre artes, instigando aos nossos atores diferentes curiosidades sobre o mundo da arte, impulsionando muitas perguntas, como pintar? Que cores podemos pintar? Podemos desenhar? Como pintar uma tela? Todos esses conhecimentos foram pesquisados e vivenciados. Buscamos explorar obras de uma pintora brasileira, levando-os a conhecer *Abaporu*, tela da Tarcila do Amaral.

Essas possibilidades desencadearam em muitos questionamentos das crianças, como o porquê dos pés tão grandes, será que ela caminhou muito, trabalhou muito? Surgiu assim a releitura desta obra com os direitos das crianças. Tivemos nestes caminhos percorridos pelas ações pedagógicas, a participação de uma artista plástica que contribuiu com a construção da tela com o tema: os direitos das crianças, trazendo ainda mais considerações sobre esse mundo de saberes que a arte propicia. As crianças apresentaram sua tela na Festa da Família.

São tantas linguagens que as crianças apresentam, basta apresentar esse mundo de possibilidades, levando-as a se conhecerem como criadoras desse processo de humanização. As poesias já estavam no planejamento desse projeto, o que enriqueceu ainda mais a descobertas pelo mundo poético foi a doação de um livro de poesia doado por uma família, nos permitiu deleitar nas premissas das poesias de Cecília Meireles. Este livro nos remeteu diferentes conhecimentos, descobertas, nos momentos de descanso as crianças solicitavam em grande coral, vamos ler o livro de poesia? É incrível você levar esses sujeitos a quererem se deliciar pelo mundo da leitura. Instigar a descoberta das letras parece algo ainda muito distante na EI, essas ações, dentre tantas outras, despertam nas crianças o desejo de aprender e principalmente o prazer por ler.

Os caminhos trilhados, instigaram nas crianças a curiosidade sobre o que a humanidade construiu, levando-as a imaginar e a criar, todavia, buscamos ações que levaram os sujeitos envolvidos a refletirem sobre seus espaços, sua realidade, suas diferentes culturas, o acesso aos bens culturais constituídos pela humanidade no decorrer dos anos, à arte, à música e à poesia, assim como a importância da escrita e sua função social, dentre tantas outras linguagens, pois esses conhecimentos são interligados, pois se dão de forma integral e não fragmentado.

Trouxemos para esse grupo a reflexão e possibilidade de se ver como inventores, de que é possível imaginar, criar e que, assim como diferentes inventores foram capazes de criar, todos nós somos capazes de inventar, imaginar, sonhar e fazer concretizar, pois criar é para todos. As ações que percorreram este projeto compreendem que as crianças são capazes quando se apresentam o mundo das possibilidades, das diferentes linguagens e no espaço educativo se constitui de forma intencional, pois as atividades criadoras manifestam-se na cultura, nas diferentes experiências que este espaço de cuidado e educação deve propiciar.

Para Vigotski, (2009, p. 14):

Na verdade, a imaginação, base de toda atividade criadora, manifesta-se, sem dúvida, em todos os campos da vida cultural, tornando também possível a criação artística, a científica e a técnica. Nesse sentido, necessariamente, tudo o que nos cerca e foi feito pelas mãos do homem, todo o mundo da cultura, diferentemente do mundo da natureza, tudo é produto da imaginação e da criação humana que nela se baseia.

Foi nestas premissas, compreendendo que todos somos capazes de aprender, ensinar de inventar que, todas as ações planejadas, registrada e avaliada, buscou ações na qual permitissem as crianças a se reconhecerem como criadoras, valorizando os indicativos e desejos das crianças, assim foi lançado um desafio ao grupo, criar um robô que trouxesse um benefício à humanidade. Cada criança representou sua cultura, seus desejos, criatividade, uns construíram fazendeiros, outros cabeleireiros, médicos, bailarina, contador de história, DJ, musical, dentista, jardineiro, mecânico, robô-leão que cuida da floresta., compreendendo assim, que para qualificar o trabalho pedagógico é necessário intencionalidade, conhecendo as especificidades individuais e coletivas, transformando o ato de cuidar e educar em um ato consciente sobre si e suas diferentes culturas.

As buscas para as construções dos robôs foram constantes, existiram muitas barreiras, mas a falta de matéria? Foi uma das dificuldades a se enfrentar. Então, como iniciar a construção dos robôs? Iniciamos assim algumas parcerias, onde uma empresa doou algumas roupas para um brechó e as famílias participaram doando pequenos valores, visando atender nossos objetivos para o projeto. Trouxemos para o grupo essas dificuldades e o grupo propôs que construíssemos os robôs de sucata, ideia muito relevante, pois algumas famílias de nossos protagonistas eram catadores de sucatas. O que nos trouxe mais um conhecimento atrelado ao projeto, a questão ambiental. Como e o quanto produzimos lixo em nossas casas e qual o seu

destino, resultando numa visita ao Museu do Lixo, oferecido pela FAMAB (Fundação Municipal do Meio Ambiente de Biguaçu). Pois o projeto Mentis Criativa, foi escolhido para ser apresentado no seminário, pela forma que se caracterizou com um cuidado com a vida e com a natureza “Novos Olhares sobre Educação Ambiental”, resultando também uma visita a Escola do Mar situado no município de São José. Nesta visita as crianças questionavam ao verem os robôs produzidos: Eles também têm a mente criativa, eles criam robôs e cuidam da natureza, eles criam.

Compreendemos que toda a responsabilidade de materiais e condições para o desenvolvimento dos projetos desenvolvidos nas instituições educativas pública é de responsabilidade do Município. Surge assim as angústias em poder viabilizar as condições para o que se propõe e o que se almeja para um ano letivo.

A construção dos robôs era partilhada com diferentes grupos, agregando mais valor e envolvimento por todos, por meio deles, as crianças contavam suas histórias, inventavam e reinventavam, usando ainda mais a criatividade, e como eles mesmos mencionavam “Eu tenho a Mente Criativa”.

Partilhando os saberes no Curso de Especialização em Educação Infantil oferecido pelo MEC/CED/UFSC/NDI, nas discussões sobre o cotidiano e principalmente sobre os qualidade dos espaços, fomos convidadas por uma professora da RMB, para interagir e conhecer o espaço do CEIM que ela trabalhava. Levamos esse convite para os grupos. Eles ficaram eufóricos em conhecer outra creche e sair dos muros que os envolviam, para uma outra realidade. Garantindo nas DCNEI art. 7º -III: “Possibilitar tanto convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto a ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas.”

Foi sugerido pelo grupo que levássemos um presente para os novos amigos, um robô e todos sugeriram suas produções, isso aconteceu também na turma do Pré I C, conversamos e sugerimos aos grupos um robô “Mente Criativa” que fizesse tudo aquilo que eles queriam, mas que atendesse também os desejos das crianças que visitaríamos.

O resultado do robô transpareceu uma alegria estonteante e um orgulho na produção, assim relatado e expressado pelas crianças, contudo o grupo sugeriu em mostrar para toda a creche e lá fomos nós de sala em sala. Eles explicaram do que se tratava aquela produção. Com todo esse movimento e curiosidade dos diferentes grupos foi lançado um desafio para toda creche, produzir um robô que trouxesse algum benefício à humanidade na qual

compartilhamos no dia da apresentação do teatro “Máquina maluca” planejada pelas professoras dos grupos Pré I B e C.

Potencializamos a prática pedagógica com acesso aos diferentes livros, foi explorado também o livro Máquina maluca, sendo “desvendada”, ou seja, adaptada as experiências compartilhadas, assim nos propomos fazer uma dramatização para toda a creche. Ressaltando que todas as propostas foram intencionais, qualificando o trabalho junto às crianças. Elas se envolveram com o que foi proposto e demos seguimento a toda construção e ensaios, seja na construção da banda, roupas, acessórios, enfim foram muitos os processos até chegarmos ao grande dia. Pudemos perceber que essas ações trouxeram para o grupo muitas descobertas, criação, socialização e alegrias expressadas pelas crianças.

Conforme Vigotski, (2009, p. 102):

[...] e todo espetáculo deve ser organizado de tal forma que todas as crianças sintam que estão interpretando para si mesma, que sejam envolvidos pelo interesse na interpretação em si, pelo próprio processo de interpretar, e não pelo resultado final. O maior prêmio deve ser a satisfação que a criança sente desde a preparação do espetáculo até o processo de interpretação, e não o sucesso obtido ou o elogio advindo dos adultos.

Após a apresentação do teatro os grupos puderam revelar suas mentes criativas com os robôs produzidos por cada sala. Houve um envolvimento por todo o grupo e os robôs ficaram expostos para que todos pudessem contemplar suas criatividades. Assim foi orquestrado mais um requisito de um atendimento com qualidade, viabilizando a interação entre os grupos, criatividades, ações intencionais de cuidado e educação, cuidados próprio e com a vida.

Conforme a Proposta Curricular da Rede Municipal de Biguaçu (PCRMB) (2003, p.39) “Nessa ótica, os processos de desenvolvimento estão muito interligados. As aprendizagens que realizamos interferem no nosso processo de desenvolvimento; podemos dizer que quanto mais aprendemos mais desenvolvidos nos tornamos.”

Nessa instância, podemos considerar que ser professor de EI requer muitos artefatos, pois cuidar e educar requer respeitar as especificidades da criança, reconhecendo enquanto sujeito de direito a um atendimento de qualidade com ações de afetividade, de respeito e planejadas, para tanto compreendendo que a criança aprende e ensina. Ensinar requer planejamento, daquilo que conhecemos e exige pesquisa constante.

Zabalza (1998) considera que para melhorar a qualidade nas escolas deve-se investir em formação, priorizando programas de formação permanente relevantes para a instituição como um todo.

Conforme a Proposta Curricular da Rede Municipal de Biguaçu 2003, (pp. 39 e 41) afirma:

É tarefa do educador oferecer múltiplas situações cujo objetivo é criar um ambiente de interações construtivas entre todos os componentes envolvidos neste contexto, seja ele crianças, adultos, objetos, espaço físico, etc.  
Há de se considerar que não é suficiente o reconhecimento dos direitos, é preciso que a instituição possibilite a vivência dos mesmos.

Para isso é necessário consolidar políticas públicas que respeitem as leis, buscando oferecer, além de um espaço de qualidade, condições reais para que o(a) professor(a) concretize por meio das sua função os direitos da criança.

Consideramos que para consolidar os objetivos traçados, planejados e reavaliados é necessário dar condições de trabalhos dignas, considerando também que o(a) professor(a) é um sujeito de direitos, valorizando o profissional, com remuneração que possibilite ter acesso às cultura, lazer, pesquisas, enfim, políticas públicas de respeito e valorização.

Para Zabalza, (1998, p. 60):

Por isso, é importante buscar condições de trabalho que diminuam a forte tensão na qual tem lugar a ação educativa nas salas de aula infantis de forma tal que os profissionais desta etapa possam desfrutar do seu trabalho e sentir-se satisfeitos com a sua própria contribuição pessoal. Sem essa condição de partida é difícil que possamos falar de uma “Educação Infantil de qualidade” ou que possamos pretender uma melhoria da qualidade daquilo que fazemos.

Precisamos transgredir, buscar atitudes de cooperação, de forma que possamos consolidar o direito a infância e a condição para o desenvolvimento integral das crianças, devemos romper os muros da escola, conhecer o contexto cultural que nossas crianças estão inseridas, dando sentido ao que se é proposto, visando intencionalidade e buscando projetos de cooperação, parcerias com a família e toda comunidade escolar, aprendendo a dialogar com a mesma.

Trilhar esses caminhos e conquistá-los é muito árduo, desafiador, mas possível quando há comprometimento e parcerias, políticas públicas, assim como um apoio pedagógico que vislumbre essas possibilidades.

#### 4 COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA: INSTÂNCIA QUALIFICADORA PARA O TRABALHO DOCENTE

Impulsionar os saberes implica em formar muitas parcerias, pois qualificar o espaço de EI requer ações conjuntas que possibilitem rever as ações cotidianas na busca pela qualidade do atendimento das crianças de 0 a 6 anos, onde o cuidado e educação são fatores determinantes. Para qualificar o atendimento conforme Bondioli e Mantiovan (1998) é necessário a atuação do coordenador.

A profissão coordenador(a) pedagógico(a) é muito recente, e a complexidade desta função ainda permite vislumbrar e consolidar um projeto político pedagógico que atenda toda a gama de conhecimentos juntamente com toda a comunidade escolar.

Saitta (1998, p.115) afirma:

Existe uma estreita conexão entre o papel e as tarefas de uma coordenação pedagógica e os objetivos que mantém o serviço creche. Se realmente se sustenta que os elementos qualitativos, sobre os quais se fundamenta a conotação da creche como instituição educacional, são relativos à *organização do serviço, ao projeto educacional e às competências profissionais dos educadores*, então é necessário evidenciar que o papel da coordenação pedagógica, e o seu plano programático de intervenção, de fato se desenvolvem de acordo com esses três nós qualitativos.

Consideramos que essas competências ajudarão a encaminhar uma maior dinâmica nas ações a serem concretizadas, sejam nos projetos das salas, projetos coletivos, como todo andamento da EI. Pois, qualificar essas ações requer um profissional competente, que alcance levar ao grupo de trabalho a visibilidade de suas ações, dos pontos a serem melhorados, das buscas por matérias que qualifiquem o cotidiano e os objetivos a serem alcançados levando o professor a uma maior lucidez e norteá-lo no trabalho a serem realizados, tanto no trabalho coletivo quanto nos grupos de estudos, pois a escola de qualidade exige ações coletivas.

Para Saitta ( 1998, p. 116)

Trabalhar coletivamente significa, portanto, elaborar um projeto pedagógico, programar objetivos educacionais que não sejam o fruto de escolhas espontâneas, individuais, improvisadas e não-coordenadas, mas, ao contrário, realizadas colocando-se em contínua interação entre os vários membros do grupo, com o objetivo de realizar, cada um com o próprio

estilo, e de acordo com as respectivas competências, o que foi decidido e programado em conjunto.

O trabalho do coordenador pedagógico não é linear, pois as realidades nas diversas escolas são diferentes, com diferentes contextos históricos, vivências percorridas e a se trilhar, porém, as responsabilidades e comprometimentos devem ocorrer em qualquer escola. O coordenador pedagógico, assim como o professor deve ser um pesquisador contínuo, conhecedor da realidade da escola, buscando junto ao grupo, comunidade escolar ações que viabilizem o desenvolvimento integral da criança.

As competências deste profissional são muitas, mas é relevante considerar a importância das relações sadias que se constituem numa equipe de trabalho. Acreditamos que esse profissional tem a função de contribuir como ponte deste processo, buscando ações permanentes para um espaço de respeito, comprometimento e trocas, bem como melhorias qualitativas e quantitativas, valorizando a identidade que constitui a escola e de todos aqueles que a usufruem. Dentro deste universo destacam-se as relações com as famílias. Contudo muitos pesquisadores dos quais trataremos abaixo reconhecem que a qualidade também está relacionada aos agentes que fazem parte das mesmas.

O PIP passou por muitos enfrentamentos desafios e um deles foi a falta de um coordenador que pudesse tecer as relações que se estabeleceu neste espaço educativo, que vislumbrasse junto o (a) professor(a) as possibilidades de enriquecer os conhecimentos dos sujeitos envolvidos, que conseguisse agregar valores de cooperação e respeito, que trouxesse para os grupos a possibilidade de refletir sobre o cotidiano nos possíveis grupos de estudo e que mediasse a garantia das famílias a compartilhar do cuidado e educação das crianças.

## **5 RELAÇÃO CRECHE FAMÍLIA, UMA RELAÇÃO DE RESPEITO E PARCERIA**

Pesquisas mostram que o surgimento do atendimento as crianças nas creches, surgiu em detrimento da necessidade da guarda de crianças para que as mulheres trabalhadoras pudessem deixar seus filhos com segurança. Com as lutas sociais e pesquisadores da área de educação impulsionando o surgimento das Leis que consolidam as crianças como sujeitas de direitos a educação, mas também das próprias famílias como podemos constatar na LDB/96 Art.29 afirma:

“A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem com finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.” Ou seja, assim como as crianças são sujeitos neste espaço, as famílias passam a ser co-participantes deste processo de cuidado e educação, num estreitamento de diálogos, cooperação e participação.

Contudo, esse estreitamento nem sempre parece ser bem afinados: de um lado os profissionais da escola em que alguns destes, esquecem a posição das famílias, suas culturas e costumes que emergem os portões da escola refletindo no cotidiano da sala com o grupo; do outro lado as famílias com suas dificuldades e falta de compreensão do papel da escola cobram ações e atitudes que diferem das ações e das propostas dos profissionais da escola e principalmente dos professores vinculados aos seus filhos.

Todavia, sabemos a importância destas famílias estarem estreitamente vinculadas a escola, num diálogo aberto nas vias de mão dupla.

Para Zabalza (1998, p.46):

A qualidade também está relacionada aos próprios funcionamentos das instituições e dos agentes que fazem parte das mesmas. É fundamental inserir a ação institucional em um processo de melhoria da própria instituição e dos serviços que a mesma oferece. Um processo de aperfeiçoamento planejado com metas a curto e a médio prazo. Tais planos de aperfeiçoamento deveriam ocorrer nos três níveis de atuação que têm lugar nas escolas infantis: a própria escola, os professores (as) e as famílias.

Neste sentido, qualificar o trabalho na EI, não perpassa apenas pelos professores, pois há uma rede de saberes e ações ligadas a políticas públicas que viabilizarão a qualificação deste espaço como um todo.

Compreendemos que esse cenário de encontros e partilhas entre creche e família permitirá e impulsionará subsídios que permitam o desenvolvimento integral da criança, elencado na LDB/96 no Art. 29. Pois consideramos que a participação efetiva da família, numa relação de respeito mútuo permitirá a qualidade das ações para os atores principais deste espaço, as crianças.

O projeto Mentis Criativas desenvolvido no PIP, no decorrer de todo ano letivo buscou parcerias, viabilizando e possibilitando movimentos, descobertas, laços afetivos, subsídios que impulsionaram as ações coletivas e conhecimentos sobre o contexto das

famílias na qual qualificaram o trabalho com as crianças nas ações de cuidados e educação planejadas e repensadas. Nestas premissas, foi lançado ao grande grupo mais um desafio para aqueles que como nós, procuramos qualificar o trabalho, propondo a realização de uma “Festa da Família” com o objetivo de que conhecessem nosso trabalho cotidiano, bem como dar maior lucidez aos envolvidos a importância das parcerias. Esta caminhada foi permeada de muitas dificuldades, poucos profissionais naquele momento, não abraçaram os referidos desafios compreendendo que os caminhos percorridos naquela instituição impulsionaram para isso.

Buscamos viabilizar ações em que as famílias estivessem presentes e fossem co-participantes do projeto, conhecendo o projeto de trabalho, os objetivos traçados, deixando as portas abertas para diálogos, participações, assim elas foram trazendo subsídios que enriqueceram ainda mais os conhecimentos, as descobertas. Em outros momentos, alguns participaram de algumas construções, como por exemplo, a banda de sucata. Ainda que o resultado tenha sido pequeno, abrem-se os portões para a interação, da e efetiva participação da família.

Existir por parte da creche uma relação um tanto quanto autoritária e vertical com as famílias, a partir do momento que na prática não as incluem e pouco reconhecem seu direito de participarem, opinarem e questionarem sobre o cotidiano da instituição infantil[...]. Reflexão aponta no sentido de democratizar as relações, quebrar o “muro de isolamento”, iniciar um diálogo, enfim, abrir a creche à comunidade, de modo que a presença e a participação efetiva das famílias no contexto da instituição de educação infantil possa efetivamente se concretizar (MAISTRO, 1997, pp.133,185)

É necessário buscar alternativas de laços de cooperação entre creche-família, que possibilitem o desenvolvimento da criança, conforme Zabalza (1998, p.112) afirma:

O objetivo dessa renovação é, principalmente, aperfeiçoar e reforçar a escola da infância a partir da sua capacidade para dar resposta ao amplo e complexo leque de necessidades da criança e de sua família. E fazer isso partindo da convicção de que a família é um recurso educativo e a escola infantil tem o dever não só de reconhecê-la como tal, mas, inclusive, de revalorizá-la e aperfeiçoá-la nessa função. Daqui a necessidade de reconhecer um novo papel à família, uma família que não está disposta a delegar as suas responsabilidades educativas e que exige poder exercer o direito de uma participação autêntica na gestão da escola.

Assim essas ações deverão qualificar cada vez mais todas as ações de cuidado e educação. E ter efetivamente a família na escola não significa ter apenas umas reuniões gerais no início do ano, nem tão pouco contato via agendas, ou ainda reuniões de Associações de Pais e Professores, tais participações são de suma importância, mas não dão conta desta complexidade.

Qualificar o trabalho na escola que valoriza a infância requer também o reconhecimento da importância da família numa relação horizontal de cumplicidade, cooperação e complementaridade para o desenvolvimento integral da criança.

Um dos aspectos a se refletir sobre estas relações é a necessidade de, apesar da autonomia, criar um mínimo de parceria entre estes dois contextos relativamente autônomos, tendo em vista que envolvem aspectos essenciais no processo de socialização de meninas e meninos.(MAISTRO, 1997, p.98).

É necessário pensar na família como colaboradores, co-participantes, do cuidado e educação, que contribuirão com subsídios importantes para o crescimento e progresso das ações planejadas no cotidiano das crianças, num espaço de múltiplas possibilidades ao desenvolvimento integral da criança. Mas que espaço é esse?

## **6 ESPAÇO DE RESPEITO AS INFÂNCIAS É UM ESPAÇO QUE REQUER QUALIDADE**

As organizações dos espaços demonstram muitas facetas. Especificamente na educação, a forma como tudo é organizado, sejam espaços internos ou externos, dentro ou fora da sala, demonstram a visão que temos de criança, aprendizagem, brincadeiras, dentre tantos outros.

Para Zabalza (1998, p. 236):

O espaço na educação é constituído como uma estrutura de oportunidades. É uma condição externa que favorecerá ou dificultará o processo de crescimento pessoal e o desenvolvimento das atividades instrutivas. Será estimulante ou, pelo contrário, limitante, em função do nível de congruência em relação aos objetivos e dinâmica geral das atividades que forem

colocadas em práticas ou em relação aos métodos educacionais e instrutivos que caracterizem o nosso estilo de trabalho.

Contudo, podemos considerar que dependendo da forma organizacional do espaço que se constituiu, poderá intervir na qualidade das ações aos cuidados e educação das crianças, interferindo no cenário da aprendizagem, assim como, no bem estar de todos os envolvidos.

Além do conforto e da segurança dos espaços, devem trazer subsídios que enriqueçam o repertório cultural da criança, no qual instigam cada vez mais a curiosidade, autonomia, as interações, as trocas, a afetividade e a busca do quer aprender cada vez mais. A qualidade desse espaço vai interferir diretamente no desenvolvimento da criança.

Esse espaço onde ocorreu o PIP passou por uma reforma no ano de 2011, mas mesmo assim ainda não deu conta de qualificá-lo para as necessidades para o atendimento das crianças na EI. Procuramos dentro do Projeto Mentes criativas, qualificar todas as ações vivenciadas, dentro das possibilidades, viabilizando múltiplas possibilidades do acesso aos bens culturais acumulados pela humanidade, numa relação horizontal de respeito, nas brincadeiras, nas diferentes construções e nos laços afetivos que se constitui no decorrer de todo o ano. Compreendemos a importância de se ter um espaço de qualidade onde as crianças possam aprender ensinar e a se desenvolverem na sua totalidade.

A experiência, mais ou menos enriquecedora, vivenciada pelas crianças neste espaço interferir no seu desenvolvimento, conforme PCRMB, “quanto mais essa criança aprende mais ela se desenvolve”. Quanto mais acesso aos bens culturais, o que foi produzido pela humanidade à criança vivenciar e conhecer, mais ela se desenvolverá, nas diferentes experiências, conhecendo as diferentes culturas.

Os diferentes materiais, ricos e diversificados, brinquedos de qualidade, sucatas, livros, diferentes jogos, toda gama de possibilidades que levam a criança à atividade criadora devem ser intencionalmente disponibilizadas e apresentadas, pois o que queremos aqui apontar é que esse espaço deverá instigar e impulsionar na criança a busca do saber, ensinar e criar na apropriação dos conhecimentos acumulados pela humanidade.

Campos; Rosemberg (1997), nos Critérios para um atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças, trás explanado detalhadamente, a busca por um espaço com ações concretas de qualidade. Contudo, podemos afirmar a falta de compromisso e políticas que reconheçam a importância de um espaço de EI com qualidade, bem como a falta de cumprimento de todas as leis vigentes, para este fim.

A Proposta Curricular da Rede Municipal de Biguaçu (2003, p. 43) considera que:

Nosso olhar agora converge para um dos grandes desafios na construção de uma proposta pedagógica de qualidade na Educação Infantil: a organização do espaço educativo. A garantia de um espaço educativo de qualidade no trabalho pressupõe a estruturação das condições para as crianças de 0 a 6 anos se desenvolvam social e culturalmente num ambiente onde as linguagens, o jogo, a brincadeira, as relações e as aprendizagens aconteçam permanentemente.

Essa consciência ainda caminha a passos curtos, mas ações compartilhadas, entre sociedade, profissionais, famílias, políticas públicas engajadas nessas lutas pela qualidade, articulando e consolidando financiamento que dão conta de toda responsabilidade do Governo, assim, poderão a médio e longo prazo, mudar o quadro em que a EI, tem vivenciado.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Consolidar os direitos das crianças a um espaço de qualidade requer muitas parcerias, artefatos e principalmente políticas públicas. O projeto Mentis Criativas, buscou as parcerias alcançáveis para um atendimento que viabilizasse o cuidado e a educação das crianças, em ações que vislumbassem os objetivos traçados com qualidade.

Foram trilhas percorridas com muitas dificuldades e enfrentamentos, porém consistiu em ações que permitiram os sujeitos envolvidos o acesso aos conhecimentos das diferentes linguagens, com diferentes parcerias para o efetivo desenvolvimento integral das crianças. Procuramos conhecer o contexto social e cultural desta comunidade, das famílias aqui envolvidas. Possibilitando as crianças a refletirem sobre o lixo produzido pela humanidade, a reaproveitarem das sucatas para criar os robôs de forma que os levaram a refletirem sobre suas diferentes experiências e aprenderem nas trocas e experiências compartilhadas, a respeitar o outro nos diferentes contextos e se perceberem como pertencentes dessa história trilhada, capazes de usarem a imaginação para criar e recriar, aprender possibilitando o desenvolvimento integral das crianças.

Este PIP vislumbrou possibilidades e atitudes de cooperação buscando consolidar o direito à infância, numa relação aberta a co-participação, de parcerias e de respeito e as especificidades individuais e coletivas, conhecendo o contexto social e cultural desta comunidade, das famílias aqui envolvidas num elo cooperativo para algumas mudanças e

inquietações, consolidando em atitudes mais conscientes sobre o desenvolvimento infantil e também em ações intencionais de cuidado e educação nesse espaço educativo.

Tais atitudes e possibilidades foram viabilizadas pela gama de conhecimentos que reestruturaram uma base mais sólida a respeito da totalidade da Educação Infantil no curso de especialização oferecido pelo MEC/UFSC/NDI.

Navegar o oceano do saber nas múltiplas linguagens junto às crianças, visando um atendimento de qualidade onde o pensar, o fazer, o reavaliar, o buscar alternativas, o vislumbrar ações intencionais, nos diferentes aspectos e nas primícias de um cotidiano na EI requer condições para que não possam estar à deriva, é necessário políticas públicas que reconheça esse espaço como primeira etapa da educação, de direito da criança para se desenvolverem.

Faz-se necessário, um(a) professor(a) com no mínimo formação inicial, com comprometimento para que as crianças se desenvolvam tendo acesso aos bens culturais, em ações planejadas, registradas e avaliadas, numa relação de respeito ao sujeito individual e coletivo, num olhar atento aos indicativos do grupo. Tecendo e qualificando as ações pedagógicas num espaço de qualidade que possibilite o desenvolvimento integral das crianças, instigando as crianças a se perceberem como sujeitas de direitos, capazes de aprender e ensinar.

A possibilidade de um coordenador que transgrida e impulse atitudes e ações de qualidade ao trabalho docente, agregando valores de responsabilidade no planejar para quem e porque, viabilizando grupos de estudo que possa refletir sobre o cotidiano, sobre as necessidades da instituição e dos agentes envolvidos, partilhando, todavia, o reconhecimento da importância da relação creche família atribuindo assim um espaço que possibilite, partilhas, co-participação e qualidade.

Podemos ainda dialogar com Zabalza, que uma escola de qualidade requer investimento contínuo no professor(a), em aperfeiçoamento, possibilidades em grupo de estudo, priorizando programas de formação permanente. Tais conhecimentos estruturam a base para partilhar os conhecimentos nas ações cotidianas ao atendimento das crianças de 0 a 6 anos aqui almeçadas e planejadas.

Consideramos, contudo, que o Município é responsável em promover a qualidade no espaço de EI, neste artigo apontado, dando condições para garantir o desenvolvimento integral das crianças, reconhecendo esses direitos com políticas públicas, com financiamento que transgrida do papel para ações reais neste espaço educativo.

As palavras tomam formas e representam sentimentos, mas em alguns momentos elas não conseguem expressar a importância dos acontecimentos, dos sorrisos e alegrias, dos choros e das partilhas, do quanto aprendemos e os quantos às crianças se desenvolveram e principalmente, das conquistas que elas puderam vivenciar, do quanto ensinaram...

Enfim, com tanta intensidade vivenciada nenhuma palavra conseguiria aqui dar conta dessa totalidade, consideramos que as ações aqui desenvolvidas no projeto Mentis Criativas consolidaram os direitos das crianças e viabilizou na medida do possível a qualidade almejada.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168p. ( Série Legislação Brasileira).

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/ 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e da Cultura, Conselho Nacional da Educação, Câmara da Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil**. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças**. Brasília: MEC/SEF/DPE/Coedi, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Parâmetros básicos de infra-estrutura para instituições de educação infantil**: Encarte 1. Brasília: MEC, SEB, 2008. 31p.: il.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília. D.F., 2001.

\_\_\_\_\_. Indicadores de Qualidade na Educação Infantil. Brasília. D.F., 2009.

BANDIOLI, Anna; MANTIOVANI, Susanna. **Manual de educação infantil da criança de 0 a 3 anos**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

BONDIOLI, Anna (Org.). **O projeto pedagógico da creche e a sua avaliação qualidade negociada**. Tradução: Fernanda Landucci Ortale & Ilse Paschoal Moreira. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

BIGUAÇU, Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Cultura. **Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Biguaçu**. Biguaçu: SEMEDEC, 2003.

CAMPOS, Maria Malta. FULLGRAF, Jodete; WIGGERS, Verena. **A Qualidade da educação infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 36, n. 127, p. 87-128, jan/abr.,2006.

CAMPOS, Maria Malta; ROSEMBERG, Fúlvia. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os Direitos Fundamentais das Crianças**. Brasília: MEC/SEF/DPE/Coedi, 1997.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. **Políticas de regulação, pesquisa e pedagogia na educação infantil, primeira etapa da educação básica**. Educ. Soc. [online]. 2005, vol.26, n.92, pp.1013-1038. ISSN 0101-7330. <http://www.scielo.br/pdf/es/v26n92/v26n92a14.pdf>>. Acesso em: 15/12/2011.

KUHLMANN, Moysés Jr. **Educação infantil e currículo**. In: Ana Lúcia Goulart de Faria; Marina Silveira Palhares (orgs). Educação infantil pós-LDB: rumos e desafios. 5. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005. PP. 51-65.

MAISTRO, Maria Ap. **As relações creche - famílias: um estudo de caso**. [online]. 1997, pp. 9-98. <http://www.ced.ufsc.br/~nee0a6/maist.html> >. Acesso em 14/11/2011.

MOSS, Peter. **Para além do problema com qualidade**. In: MACHADO, Maria Lucia de A (org). Encontros e desencontros em educação infantil. São Paulo: Cortez, 2002, pp.17-25.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Organizações multilaterais, estado e políticas de educação infantil**. 2002. > acesso em 10/12/2011.

SAITTA, Laura R. **Coordenação pedagógica e trabalho em grupo**. In: Anna Bandioli; Susanna MantiovanI (orgs). Manual de educação infantil da criança de 0 a 3 anos. Porto Alegre: Artmed, 1998, pp. 115-120.

VIGOTSKI, Lev S. (Lev Semionovich), 1896-1934. **Imaginação e criação na infância:** ensaio psicológico: livro para professores. Lev Semionovich Vigotski; apresentação e comentário Ana Luiza Smolka; tradução Zoia Prestes. São Paulo: Ática, 2009. 139.: il.

ZABALZA, Miguel A. **Qualidade em educação infantil/** Miguel A. Zabalza; Trad. Beatriz Affonso Neves. – Porto Alegre: Artmed, 1998.

<http://www.dicionariodoaurelio.com/>>. Acesso em 16/12/2011.

[http://conae.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=51:normativos&catid=38:documentos&Itemid=59](http://conae.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=51:normativos&catid=38:documentos&Itemid=59)>. Acesso em 26/12/2011.